



ASAP

# Talvez seja hora de a ASAP assumir outras competências

Só se acontecer uma hecatombe é que o presidente da Associação das Sociedades de Advogados Portuguesas (ASAP), João Afonso Fialho, se recandidata quando terminar o mandato, em fevereiro do próximo ano. Até lá, pretende criar uma federação de associações representativas das sociedades e deixar o caminho trilhado para desenvolver um centro de arbitragem para os conflitos em que as firmas estejam envolvidas. É que, diz, “o não exercício” das competências de representação das sociedades “por quem de direito criou uma terra de ninguém que a ASAP pode e deve ocupar”. Mostra-se, pois, crítico do mandato da atual bastonária, do qual, afirma, “nada de bom saiu”, em virtude do “autismo deliberado” da Ordem.



“É claro que já não é mau ter uma bastonária simpática e com um comportamento urbano, mas é tempo de termos na Ordem alguém que entenda a profissão e que possa trabalhar para a projetar no futuro e não mantê-la arraigada ao passado”

**Advocatus | Que balanço faz do seu mandato à frente da ASAP?**

**João Afonso Fialho** | Não sou a pessoa mais indicada para responder a esta questão, mas direi que o mandato deste Conselho Diretor não envergonha os seus membros, nem a instituição que representam. Quanto a análises mais aprofundadas, vou deixar esse juízo para as nossas associadas.

**Advocatus | Pensa recandidatar-se?**

**JAF** | Não, de forma alguma. As minhas profundas convicções republicanas exigem que eu dê o lugar a outro colega e que fique disponível para o ajudar a ter um mandato muito mais bem sucedido do que o deste Conselho Diretor. Sou fiel às minhas convicções e só uma hecatombe – que não antevejo suceder

– me obrigaria a ficar disponível para continuar à frente da ASAP. Aliás, já fiz saber aos meus colegas de direção que não tenciono entronizar-me no cargo.

**Advocatus | O que ficou por fazer?**

**JAF** | Muito ficou por fazer, mas o nosso mandato só termina em fevereiro do próximo ano e, até lá,

“Fui e continuarei a ser crítico de reformas soft, que mudam a aparência, sem fazer um corte corajoso com o passado”



## CONTRA AS REFORMAS SOFT

ainda queremos fazer mais. Gostava de terminar o mandato com a constituição de uma federação de associações representativas das sociedades de advogados e deixar o caminho meio trilhado para, se a próxima direção assim o entender, se poder constituir um centro de arbitragem de conflitos entre sociedades de advogados, estas e os seus sócios e/ou entre os seus sócios. O atual Conselho Diretor tem muito trabalho feito neste sentido e seria uma pena vê-lo desperdiçado. Talvez ainda consigamos tornar este centro uma realidade, mas admito que não será fácil. Depois, há muitas outras iniciativas que dependem de uma reflexão interna do que deve ser o futuro da ASAP. Se a maioria das associadas concordar que a ASAP é, neste momento, a única instituição que verdadeiramente as representa – com todas as limitações, incluindo de natureza jurídica –, então talvez seja o momento de a ASAP assumir essa função, sem quaisquer preconceitos ou limitações. Até hoje, todos os Conselhos Diretores da ASAP foram cuidadosos em não assumir competências atribuídas por lei a outras entidades, mas o não exercício ostensivo dessas mesmas competências por quem de direito criou uma terra de ninguém que a ASAP – uma vez mais, em minha opinião – pode e deve ocupar.

### Advocatus | Como observa o estado atual da justiça nacional?

**JAF** | Melhor do que em 2011, ainda muito aquém do desejável. Todos os estudos continuam a identificar as ineficiências no sector da justiça como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento. Economia e justiça são faces diferentes de uma mesma realidade e a primeira não avança sem a segunda funcionar na sua plenitude. Fui e continuarei a ser crítico de reformas soft, que mudam a aparência, sem fazer um corte corajoso com o passado. O programa para o sector da justiça deste governo também não é de todo claro, mas tenho esperança que a inequívoca grande qualidade da sua atual protagonista possa trazer novidades positivas quanto às verdadeiras reformas que é urgente fazer. A falta de coragem com fundamento em motivações puramente políticas é o defeito mais grave das sociedades modernas e é necessário alterar este paradigma.

### Advocatus | Considera positiva a reabertura de 20 tribunais pelo Ministério da Justiça?

**JAF** | Sempre que fui chamado a pronunciar-me

sobre o tema, defendi que a justiça não deve ser imune à introdução de métodos e decisões que tornem a sua administração financeiramente mais eficiente e adequada às realidades e possibilidades do país. Como tal, nunca senti necessidade de juntar a minha voz ao coro vociferante contra o fecho de tribunais, só porque já tinham sido instalados. Há tribunais que fazem sentido existir e outros que é melhor serem encerrados. Aliás, quem tem o contencioso como principal área de atividade – o que não é o meu caso –, sabe bem quantas vezes viu julgamentos adiados em pequenas comarcas por os juizes se encontrarem noutras comarcas e a distância não permitir a otimização do seu tempo. A mesma ordem de razões me fará concordar com a abertura de tribunais cujo encerramento tenha sido mal avaliado. Não conheço a realidade suficientemente bem para dizer se concordo ou não com a reabertura destes 20 tribunais em concreto, mas não me choca minimamente que essa decisão tenha sido tomada, como não me chocaria se fosse decidido encerrar tribunais que o anterior governo manteve abertos, desde que existissem boas razões para o fazer.

### Advocatus | O mandato da atual bastonária foi positivo para as sociedades de advogados?

**JAF** | Não, não foi! Em relação aos mandatos imediatamente anteriores ao da presente bastonária, mudou a forma, mas manteve-se todo o conteúdo. É claro que já não é mau ter uma bastonária simpática e com um comportamento urbano, mas é tempo de termos na Ordem alguém que entenda a profissão e

que possa trabalhar para a projetar no futuro e não mantê-la arreigada ao passado. Nada de bom saiu deste mandato da bastonária para as sociedades de advogados e, o mais grave, é que tal só aconteceu porque nunca se quis ouvir as sociedades. A Ordem tem padecido de autismo deliberado.

### Advocatus | Em ano de eleições à Ordem dos Advogados, revê-se

### em alguma das candidaturas já apresentadas?

**JAF** | Na minha qualidade de presidente do Conselho Diretor da ASAP não posso responder-lhe a esta questão, até porque mais candidaturas poderão surgir. Acrescento apenas que me reveria numa candidatura moderna, que tivesse por referência os países onde a profissão está mais avançada em termos de prática e regulamentação.



ID: 65157729

01-06-2016

ASAP

# Um apelo contra a “inércia” e o “abandono”

Pela primeira vez, a ASAP não convidou a Ordem dos Advogados para estar presente no seu encontro anual. Razão? O ostracismo a que tem votado as sociedades de advogados, acusou o presidente da associação, João Afonso Fialho, apelando à apresentação de mais candidaturas a bastonário.

“Basta desta inércia, deste abandono a que temos sido sujeitos pela Ordem dos Advogados”. O apelo foi lançado pelo presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), João Afonso Fialho, na sessão de abertura do 9.º Encontro Nacional das Sociedades de Advogados de Portugal, que decorreu a 8 de junho, em Lisboa. Os interesses da ASAP e da Ordem “não são convergentes”, sustentou, instando a novas candidaturas.

“Ainda estamos a tempo de apresentar candidaturas à Ordem”, desafiou, porque entende que “o cenário não é muito animador”. “Não tem sido a nossa bastonária”, criticou, queixando-se da “ignorância dolosa e censurável” da Ordem, razão pela qual, este ano, e “pela primeira vez”, não foi convidada a estar presente no encontro. “A Ordem tem ostracizado as sociedades de advogados há nove anos”, denunciou.

Afirmou que neste momento as decisões da Ordem são “impostas e não debatidas”, como é o caso nas contribuições das sociedades. “Fomos notificados para pagar, mas não para discutir”. A contribuição não tem importância, mas “é uma questão de princípio”. “Apesar dos nossos apelos não ouvirem ninguém” e “não têm competência para sozinhos discutirem estes temas com o Ministério da Justiça”, notou.

Lamentou também que a Ordem responda “sempre com sobranceira” e tenha permitido que se aprovasse legislação “abusiva” para os advogados sem apontar “qualquer objeção”.

O advogado considerou, pois, que a ASAP tem condições para ocupar a “terra de ninguém” em ter-



mos de exercício de competências de regulação da profissão que a Ordem deixou, sublinhando que “não é nada que não exista já” noutros países.

Em debate no encontro estiveram dois temas: a governança das sociedades de advogados e a relação das mesmas com os media. Na mesa redonda sobre o primeiro tema, o presidente do Grupo SIBS, Vítor Bento, afirmou que “as sociedades de advogados são um negócio como outro qualquer, existem para ganhar dinheiro”. “O advogado é tão missionário como o padeiro”, acrescentou. O economista entende que não existe, ao contrário da ideia comum, nenhum espírito de missão associado à profissão, nem nenhuma condição especial. Uma questão que gerou o debate com a plateia. A propósito, José Freitas, da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, afirmou que “ser visto numa base apenas económica é desvalorizante”. Mas

Vítor Bento notou que o facto de existir uma “associação negativa à ideia de ganhar dinheiro” é que gera controvérsia.

O managing partner da Sêrvulo & Associados, Paulo Câmara, afirmou, por sua vez, que a problemática da governança é de interesse privado da empresa, pelo que é “business driven e não law driven”. E destacou a importância da seletividade à entrada dos advogados e da progressão, sendo essencial construir uma carreira no sentido de o advogado se tornar sócio. O sócio fundador da Raposo, Sâ Miranda & Associados, Pedro Raposo, salientou que, embora seja “fundamental que as sociedades estimulem os associados que querem passar a sócios”, “nem todos querem passar a sócios”. Considerou, como tal, que talvez não faça sentido a existência de sócios sem funções de gestão e que associados sem esse perfil não devam ser sócios. Sustentou, porém, que os

dois caminhos são possíveis e que os associados devem ser valorizados.

Baseando-se na experiência da consultora Egon Zehnder, João Aquino disse ser “pouco provável” que as sociedades venham a ter boards, com gente de fora, realçando a importância da diversidade na forma de governação.

Acerca da relação com os media, o sócio presidente da Uría Menéndez – Proença de Carvalho, Daniel Proença de Carvalho, afirmou que concordaria que a defesa dos clientes se faz apenas no tribunal, num mundo ideal, onde os juizes são imunes a toda a informação exterior e em que “o jornalista é uma espécie de cavaleiro andante”. Mas não é o caso e o advogado acredita mesmo que esse mundo ideal nunca existiu, a que acresce a alteração do mundo mediático, tornando “inevitável” a defesa na opinião pública, quando vê um “cliente completamente trucidado nos media”. “O próprio segredo de justiça é hoje uma coisa profundamente perversa”, adiantou.

Pedro Rebelo de Sousa, da SRS Advogados, concordou que não se vive num mundo ideal, mas apontou limites: “os princípios éticos”. “Ainda não ouvi ninguém condenar as sociedades de advogados” em relação à crise financeira, alertou, quando se condenaram, por exemplo, os auditores, precisou.

José António Pinto Ribeiro, da J. A. Pinto Ribeiro & Associados, frisou que a defesa é para se fazer nos tribunais. E assegurou nunca ter aparecido a fazer defesas concretas nos media. “Mas compreendo que há uma fase pré-processual (de instrução e inquérito) em que muitas vezes tudo se joga”, admitiu.



O painel que debateu o tema das sociedades de advogados e os media: Robert Sherman (embaixador dos EUA), Pedro Rebelo de Sousa (SRS), Daniel Proença de Carvalho (UM-PC) e José António Pinto Ribeiro (J. A. Pinto Ribeiro & Associados)



O fundador da SRS interveio no debate



O embaixador dos EUA em Lisboa foi um dos advogados no chamado caso Spotlight



Rui Pena, da CMS Rui Pena & Arnaut, na audiência



A Wolters Kluwer esteve presente no congresso